

## ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE

### OS DESAFIOS E PRÁXIS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA CIDADE DO RECIFE-PE

Isabella Júlia Santana da Silva<sup>1</sup>;  
Robson Guedes da Silva<sup>2</sup>  
Orientadora: Rafaela Soares Celestino<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco,  
e-mail isabella.juliappf5@hotmail.com;

<sup>2</sup>Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco,  
e-mail robsonguedes00@hotmail.com ;

<sup>3</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, professora substituta do Departamento de Administração e Políticas Educacionais (DAEPE-UFPE)  
e-mail rafaela.celestino.soares@gmail.com.

#### RESUMO:

**INTRODUÇÃO:** O debate acerca da importância da educação especial numa perspectiva de educação inclusiva se consolida cada vez mais, mediante a necessidade de discussão, bem como a luta pela efetivação de uma educação realmente inclusiva no cotidiano escolar. Dessa forma, este trabalho objetivou observar uma Sala de Recursos Multifuncionais em uma escola municipal e discutir a acerca dos elementos que a observação somadas as leituras teóricas fomentam.

**METODOLOGIA:** A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede municipal da cidade do Recife-PE que atende cerca de 400 alunos divididos nos três turnos: diurno, vespertino e noturno. A mesma teve como foco inicial de observar a estrutura e o funcionamento do Atendimento Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais, e no segundo momento, descrever o que foi observado, levando em conta as dificuldades físicas e a relação família-escola dos alunos que necessitam do atendimento especializado. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A partir das necessidades e dificuldades de alunos, a coordenação pedagógica junto à direção, perceber a necessidade de um atendimento especializado para esses alunos. Mesmo com a falta de verba específica para montar a sala de recursos e colocar em prática esse atendimento, a escola se prontificou a solucionar a situação. O espaço utilizado hoje como a Sala de Recursos da referida escola foi um espaço improvisado, pois era utilizado como almoxarifado. Trata-se de um espaço pequeno e estreito. Inicialmente foi feito uma pequena reforma, como a pintura, a instalação do ar-condicionado, e se tentou aperfeiçoar ao máximo o espaço. A Sala de Recursos é do tipo I e conta com um armário, três prateleiras, um computador, software para comunicação, fones de

ouvido, microfones, uma impressora, uma mesa, três cadeiras, materiais e jogos pedagógicos (de disciplinas específicas e também jogos interdisciplinares), com o intuito de que esses recursos pedagógicos possam facilitar a acessibilidade e a aprendizagem. O atendimento é realizado no contra turno do horário de aula, a grade de dificuldade existente, é que esse atendimento só está disponível no turno da tarde e mesmo com todo esforço acaba deixando os alunos da tarde sem atendimento. Outra questão é que a escola possui alunos do EJA – Educação para Jovens e Adultos, do turno da noite que também necessitam desse atendimento, no entanto, ocorre um dilema, pois muitas vezes os alunos não possuem disponibilidade para frequentar a sala ou simplesmente não se interessam em frequentar. Por ser muito estreita, os alunos que utilizam cadeira de rodas sentem dificuldades para se movimentar dentro da sala, sendo assim, sempre necessitam de auxílio de outra pessoa. E mesmo com todas as barreiras impostas pela burocracia da administração governamental, a escola tem conseguido fazer esses atendimentos na sala de recursos, até porque esse trabalho mais minucioso com os alunos da educação especial já acontecia mesmo sem terem um espaço específico. Segundo o Caderno de Educação Especial (ASFORA, 2012 p.34-35), existe um público-alvo que depende do AEE para desenvolver de forma satisfatória sua aprendizagem educacional. Esse público característico diz respeito às pessoas/alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Embora a Sala de Recursos seja de suma importância dentro de uma instituição para que a inclusão social aconteça, o Atendimento Educacional Especializado é muitas vezes banalizado e deixado para trás. É necessário que as instituições, a família dos alunos que necessitam desse atendimento e o governo se conscientizem sobre a importância do atendimento para o desenvolvimento do aluno enquanto ser humano como ser social. A questão está na contradição que encontramos quando colocamos frente a frente o que diz a lei e no que realmente acontece dentro das escolas. A princípio, se excluía as pessoas que possuíam necessidades especiais, o que caracterizava fortemente a segregação. E agora, a perspectiva está em uma educação de caráter inclusiva, mas é preciso nos questionar se essa displicência com a real situação da educação especial brasileira pode se chamar “Educação Inclusiva”. O que se viu no Campo foi uma tentativa de auxiliar os alunos que possuem necessidades especiais, e que aconteceu com êxito da instituição, uma vez que o atendimento está acontecendo na unidade de ensino, no entanto, há falta de estrutura física no que se diz respeito à Sala de Recursos, sendo de responsabilidade dos órgãos competentes. No geral a experiência de conhecer o espaço da Sala de Recursos, e como funciona o AEE – Atendimento Educacional Especializado foi fundamental indispensável na nossa formação enquanto futuras pedagogas e educadoras. A gestão pedagógica mostrou que apesar das dificuldades no caminho, é possível encontrar meios e alternativas para que a Inclusão realmente aconteça no âmbito educacional.

Palavras-chave: Escola; Sala de Recursos Multifuncionais; Educação Inclusiva.

## Referências

ASFORA, Rafaela. **O atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais.** In: Brasil. Ministério da Educação. Caderno de Educação Especial. A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva. Brasília: MEC.SEB. 2012 p. 33-37. **Grupo de trabalho da política nacional de educação especial. Política nacional da educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília. MEC:2008. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf) Acesso em: 30/10/2016. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.